



# FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

## CIRCULAR Nº 20 ADM / 2002

Lisboa, 03 de Julho de 2002

**CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO  
DOS ESTABELECIMENTOS EQUESTRES  
QUE INTEGRAM A  
REDE NACIONAL DE CENTROS HÍPICOS FEDERADOS**

Dando seguimento ao serviço preconizado na alínea a) da Circular nº 03 ADM / 2002 de 03 de Abril, e actualizando o que já foi estabelecido e publicado nas Circulares nº 16 ADM / 2001 de 29 de Maio e Circular nº 09 ADM / 2002 de 25 de Fevereiro, informa-se o seguinte:

### 1. ESTABELECIMENTOS EQUESTRES – SUA CLASSIFICAÇÃO E LICENCIAMENTO LEGAIS

Consideram-se Estabelecimentos Equestres todos aqueles onde se exerça a prática regular do desporto equestre, sejam quais forem as modalidades ou disciplinas a que se dediquem.

Nos termos da alínea f) do nº 2 do Art.º 5º do Dec.-Lei nº 317/97 de 25/11, os estabelecimentos equestres, são considerados Instalações Desportivas Especializadas e regem-se pelo disposto nesse DL.

No caso dessas instalações estarem vocacionadas exclusivamente para a realização de manifestações desportivas compreendendo a componente espectáculo com capacidade para receber público e integração de significativos e específicos recursos materiais e tecnológicos, ficam abrangidos pelo disposto no Art.º 6º do DL 317/97.

Consideramos indispensável o conhecimento detalhado deste diploma, na medida em que ali se estabelecem as normas de licenciamento obrigatório (instalações e funcionamento), o respectivo alvará, bem como as vistorias das quais podem resultar coimas, ou mesmo o encerramento compulsivo das instalações, tudo da responsabilidade do IND - Instituto Nacional do Desporto.

Os estabelecimentos equestres integrados em Empresas de Animação Turística (caso dos centros de turismo equestre), para além das disposições específicas previstas no DL 204/2000 de ....., terão de obter as licenças preceituadas no diploma anteriormente referido, estando igualmente sujeitos às sanções previstas para os restantes estabelecimentos equestres.

Conforme consta da Circular nº 3 em referência, a Direcção da FEP considera indispensável implementar um sistema de enquadramento dos estabelecimentos equestres, que deverão todos, sem excepção, integrar formalmente a já constituída **REDE NACIONAL DE CENTROS HÍPICOS FEDERADOS – (RNCHF)**. Só assim lhes poderá ser fornecido o apoio técnico, promocional e a assistência já detalhados na referida Circular, que lhes permitirá também resolver os seus problemas de licenciamento legal.

## **2. ENQUADRAMENTO CLASSIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DOS CENTROS HÍPICOS FEDERADOS**

### **2.1. NOTA PRÉVIA**

A integração de qualquer estabelecimento equestre na RNCHF, que estabelece o seu enquadramento na FEP, implica a sua **classificação e certificação** por esta entidade que, mantém relacionamento especial, através de protocolo, com o organismo do Estado que nomeia anualmente os Responsáveis Técnicos, peça fundamental da licença de funcionamento.

### **2.2. CLASSIFICAÇÃO DE CENTROS HÍPICOS FEDERADOS**

#### **a) Centros de Formação:**

São escolas, clubes, centros equestres, associações, ou outras organizações que se dedicam à **formação de praticantes, ou de profissionais**, incluindo docentes, agentes desportivos, pessoal auxiliar ou afim.

Assume papel determinante na classificação dos Centros de Formação, a sua capacidade para concretizar o **Programa Oficial de Formação de Praticantes (Selas)**, constante da Circular nº 02 ADM / 2001 de 17 JAN.

A simbologia utilizada, desde 2001, para classificar e certificar os Centros de Formação são as **Estrelas**, que podem ir de uma a cinco, consoante a sua capacidade.

Neste momento estão **classificados e certificados pela FEP** os Centros de Formação com 2, 3, 4 e 5 Estrelas, designados como **Centros de Formação e Exame** por estarem certificados para realizar exames de Sela 4, 7, 9, Ajudantes de Monitor, Monitor, Instrutor e Mestre de Equitação. Eles constam da Circular nº 09 ADM / 2002 de 25FEV onde se especificam as condições de candidatura a estes níveis, bem como no Site da FEP.





## FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

Por exclusão de partes, os Centros de Formação que tenham condições efectivas para o serem, definidas no Programa de Formação de Praticantes, estão classificados com uma Estrela.

Os Centros de formação de uma Estrela não são Centros de Exame, mas podem formar e examinar praticantes até à Sela 3 inclusive, só que esse nível não confere a licença de concursista, nem a licença de disciplina.

Não houve ainda a possibilidade de certificar os Centros de Formação de uma Estrela, nem estes requereram até à data, essa certificação.

A FEP atestará a certificação de todos os Centros de Formação (de uma a cinco Estrelas) com a **entrega de um Certificado** que terá a **validade de 2 anos** e que funcionará como um elemento promocional importante, desde que devidamente exibido e exposto

Os Centros de Formação quando dedicados também à formação profissional de formadores, regulam-se pelos programas estabelecidos pela FEP, que futuramente serão propostos pela Escola Nacional de Equitação. Assim:

**Centros de 3 Estrelas:** Podem formar Ajudantes de Monitor;

**Centros de 4 Estrelas;** Podem formar Ajudantes, Monitores e, por delegação da FEP/ENE, Instrutores de Equitação;

**Centros de 5 Estrelas,** podem formar Ajudantes, Monitores, Instrutores e Mestres de equitação.

Os Centros de 3, 4 e 5 Estrelas podem igualmente formar Agentes Desportivos e Auxiliares Equestres, tais como Oficiais de Concurso por delegação da Comissão de Arbitragem, Tratadores, Desbastadores e Siderotécnicos.

### **b) Centros Hípicos de Prática Desportiva**

São Centros Hípicos, Clubes, Associações ou outros estabelecimentos equestres, sem objectivos formativos, que se dedicam fundamentalmente à prática da equitação pelos seus associados ou convidados. Podem associar esta classificação à de Comissão Organizadora de eventos equestres (artísticos ou desportivos), recebendo, no caso duas classificações, a do título e a de Comissão Organizadora.

Estes estabelecimentos equestres, desde que integrados na RNCHF, receberão os respectivos apoios da Federação e serão, como os Centros de Formação, hierarquizados por níveis que se relacionarão com a dimensão, a qualidade das instalações e demais equipamento, as infra-estruturas paralelas de lazer e bem estar proporcionadas aos seus utilizadores, a estética arquitectónica, o enquadramento ambiental e a qualidade dos serviços de apoio fornecidos.

De acordo com estes requisitos e mediante vistoria às instalações feita por uma Comissão Técnica, estes Centros serão Classificados e Certificados em 3 níveis, designados por **Espora de Ouro, Espora de Prata e Espora de Bronze**, recebendo um Certificado passado pela Federação com a validade de 3 anos

### c) Centros Hípicos de Desbaste e Ensino

São Centros, Clubes, Associações ou qualquer outro tipo de estabelecimento equestre dedicado exclusivamente ao desbaste de poldros e à preparação de cavalos para serem utilizados por terceiras pessoas.

A qualidade das instalações, a sua dimensão e a qualidade dos serviços prestados serão avaliados por uma Comissão Técnica que os classificará e certificará, como no caso anterior em **Espora de Ouro, Espora de Prata ou Espora de Bronze**, recebendo um certificado passado pela Federação com a validade de 3 anos.

### d) Centros de Equitação Terapêutica

São Centros de Formação dedicados à prática da equitação para deficientes mentais, motores, visuais, e auditivos.

Estes Centros podem dedicar-se fundamentalmente à **Hipoterapia** onde o papel dos equitadores é secundário relativamente ao papel dos terapeutas especializados na deficiência em questão.

Tratando-se de cavaleiros com um grau de deficiência menor ficamos perante o que se designa por **Equitação Adaptada** onde tem destaque a disciplina de "dressage", designando-se então por **Ensino Adaptado**. Nestes casos o equitador já tem um papel mais importante, mas necessita de uma especialização e do apoio inequívoco de terapeutas.

É um ramo da equitação que deverá estar, como os demais, enquadrado pela FEP, mas também pela Federação Portuguesa de desportos para Deficientes com a qual se está a estabelecer um protocolo de acordo.

Dada a gravidade dos problemas que podem surgir de uma prática menos adequada ou mesmo defeituosa, torna-se necessário um aturado nível de vigilância técnico existindo já uma Comissão Técnica nomeada por comum acordo das duas Federações, que deverá fiscalizar, classificar e certificar os Centros que desejem praticar nas suas instalações esta disciplina.

A classificação deverá, neste caso, depender das condições de higiene, segurança, adequabilidade dos equídeos disponíveis e competência dos profissionais. Os níveis devem assumir as seguintes graus: **Mau, Regular, Bom, e Muito Bom**. Só os três últimos graus serão considerados aptos para receberem o Certificado passado pela FEP. Os centros não aptos devem ser participados ao IND para que sejam impedidos de exercer as suas funções. Os certificados deverão ter uma validade anual.

### e) Centro Hípico de Turismo Equestre

Existem três tipos de Centros de Turismo Equestre:

- Os dedicados à organização de passeios temáticos destinados a fruir a paisagem zonas e itinerários previamente estudados, com o acompanhamento de "Guia Equestre".





## FEDERAÇÃO EQUESTRE PORTUGUESA

- Os destinados simples ao aluguer de cavalos, onde as condições de controlo têm de ser bastante rígidas, designadamente no que respeita ao acompanhamento obrigatório de um Responsável que determina os trajectos e os andamentos, ainda que sem particular atenção à fruição turística dos trajectos;
- Os que se dedicam à disponibilização em recinto fechado de cavalos com grau de ensino mais adiantado, onde o turista (normalmente cavaleiro habilitado) desfruta de uma pequena lição de "dressage", requerendo-se para isso Responsáveis Técnicos que tenham no mínimo o grau de Monitor, e cavalos com um bom nível de ensino.

Há pois lugar a três classificações distintas, a turística de exterior, a de aluguer e a de ensino.

Neste caso e por analogia com a indústria hoteleira ou de restauração, ambas ligadas ao turismo, voltaremos à classificação por Estrelas.

Os Centros de aluguer de cavalos serão classificados com 1 Estrela;

Os Centros de Exterior variarão entre 2 e 5 Estrelas conforme os programas, a dimensão, as instalações, a qualidade dos cavalos e do equipamento, a zona e os itinerários (paisagem, piso, clima etc.) as dependências de apoio intercalar, no caso de etapas com dormidas, os programas complementares (folclore, outros desportos, restauração, etc.) eventos festivos adicionais integrados no programa, etc.;

Os Centros de Ensino variarão entre 3 e 4 Estrelas dependendo da qualidade dos cavalos, das instalações dos arreios e, fundamentalmente do nível do ensino ministrado ou facultado. Admite-se que este tipo de Centros para ter as condições mínimas de funcionamento deve oferecer qualidade compatível com as 3 estrelas, caso contrário deverá dedicar-se a outra modalidade.

A utilização do cavalo puro sangue Lusitano está especialmente indicada para o Turismo Equestre, contando como um factor de valorização na apreciação a ser feita pela Comissão Técnica.

A Comissão Técnica da FEP nesta área, constituída pela ANTE, Associação Nacional de Turismo Equestre, será a entidade indicada para efectuar a classificação destes Centros, bem como a atribuição das respectivas Estrelas, que serão comprovadas com Certificado passado pela FEP, com uma validade de 4 anos.

### f) Centro Hípico de Equitação de Trabalho

São Centros, Clubes, Associações ou quaisquer outras entidades equestres dedicadas fundamentalmente à prática da Equitação de Trabalho.

Estes Centros podem funcionar como Centros de Formação desta disciplina, como centro de prática desportiva da mesma, ou ainda acumulando estas duas vertentes, acrescendo ainda a de Comissão Organizadora de eventos desportivos desta modalidade

Trata-se de uma disciplina que está a conquistar grande número de adeptos e para a qual o cavalo puro sangue Lusitano revela aptidões muito especiais, tornando-se deste modo, também de grande importância para o fomento e o aperfeiçoamento da nossa criação cavalar. Revela-se igualmente promissor como lançamento da "dressage" desportiva pela evolução positiva que o cavalo Lusitano vem demonstrando nesta disciplina olímpica.

É desejo da FEP designar muito rapidamente a Comissão Técnica desta disciplina, que terá como missão classificar e certificar os centros em **Espora de Ouro, Espora de Prata e Espora de Bronze**, com uma validade de 3 anos, dando direito a receber o respectivo Certificado passado pela Federação.

### 2.3. PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO - FEP

Todos os Centros Hípicos Federados, após classificados de acordo com o número anterior, deverão ser **certificados** pela FEP mediante vistorias periódicas efectuadas por Técnicos credenciados pela Federação.

Esta situação já está a funcionar para os Centros de Formação e Exame (2 ou mais estrelas), conforme consta do "site" da FEP, contudo importa estender a toda a Rede Nacional de Centros Hípicos Federados.

A certificação será publicada e actualizada no "site" e no "newsletter bimensal" referidos nas alíneas f) e i) da Circular nº 3 ADM / 2002, e os Centros poderão utilizar o respectivo **Certificado** como uma credencial promotora dos serviços que prestam ao público equestre.

Para obter a Certificação, os Centros Federados devem dirigir-se por escrito à Direcção da FEP, expondo as condições de serviço que oferecem, e as suas características.

Esta vistoria servirá igualmente para a FEP poder dar o seu parecer ao CEFD (Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto) sobre a **tipologia de cada instalação e a adequabilidade da formação do respectivo Responsável Técnico**, de acordo com o protocolo firmado pelas duas entidades, para dar execução ao estabelecido no DL 385/99.

*A FEP não poderá dar qualquer parecer sobre Centros que não pertençam à Rede Nacional de Centros Hípicos Federados, o que os impossibilitará de nomear Responsável Técnico e, consequentemente, de obter o Alvará de funcionamento.*

Pela FEP

Cor. João Bilstein de Sequeira  
Vice-Presidente